

# Problemas Reais

**L**evantamento feito nos principais países da América Latina sobre as condições de vida dos trabalhadores, por ocasião do Dia do Trabalho, deixou o Brasil em má situação. Embora tenha o quarto maior salário mínimo, atrás da Argentina, Chile e Peru, alguns preços brasileiros apresentam distorções incriveis em relação aos países da região.

É certo que a comparação entre os diversos salários mínimos deve levar em conta a renda *per capita* dos países considerados. A renda *per capita* brasileira situa-se em torno de 3 mil dólares, enquanto a média da América do Sul (excluído o Brasil) é de US\$ 3.458, e a da Argentina passa dos US\$ 4.500. Não cabe, portanto, comparar o salário mínimo no Brasil com o da Argentina e o do Chile, ou com o dos Estados Unidos e dos países da Europa, cuja renda é quase 10 vezes superior à nossa.

**O** De qualquer forma, o levantamento traz algumas revelações curiosas, que merecem reflexão. Há amplo alinhamento de preços entre Brasil e Argentina, os principais parceiros do Mercosul. Um quilo de pão, um quilo de batata, um litro de leite e a passagem de metrô nos dois países têm preço idêntico, em dólar. Os quatro itens custam, porém, bem mais do que no Chile, México e na Venezuela.

Em compensação, as passagens de ônibus no Brasil saem pelo dobro do que é cobrado na Argentina. O litro da gasolina no Brasil (US\$ 0,85) custa menos do que na Argentina (US\$ 0,98) e quase o mesmo que em Cuba (US\$ 0,80), mas o dobro do que pagam os mexicanos (US\$ 0,42).

Os itens que mais chamam a atenção, pelos preços disparatados, são a carne e o peixe, além do carro mais econômico no mercado. O quilo da alcatra custa US\$ 5,50 no Brasil, praticamente o dobro dos US\$ 2,72 do Uruguai e bem mais do que os US\$ 3,45 da Argentina, mas está abaixo dos US\$ 6,79 do

Peru e dos US\$ 8,27 do Chile. Apesar de ter a maior costa entre os países da região, o Brasil tem o mais alto preço do quilo do pescado: US\$ 7, praticamente o dobro do praticado na Argentina e no Peru. Nada justifica o altíssimo custo do quilo de peixe no Brasil, comparado aos US\$ 1,30 da Bolívia, país sem acesso ao mar. É preciso reformar muita coisa na atividade pesqueira no Brasil.

A explicação para o alto preço do automóvel mais barato no Brasil — que desautoriza a classificação de popular — está ligada a uma estrutura tributária completamente inadequada, mas que reflete o insatisfatório índice de renda *per capita* do brasileiro.

O automóvel é um bem de consumo ajustado às economias de mercado com nível de renda superior a US\$ 10 mil ou US\$ 15 mil. Diante dessa situação, só uma faixa estreita da população dispõe de renda para se endividar na compra de um carro dito popular (o que também se aplica a outros bens de consumo duráveis).

Como a população com nível de renda tributável é relativamente reduzida, construiu-se uma ordem tributária apoiada nos impostos indiretos — incidentes sobre os bens de consumo. Na Europa, a receita tributária vem, em média, 65% dos impostos sobre a renda, e 35% dos impostos indiretos (basicamente cobrados sobre o consumo). No Brasil é o inverso: 65% a 70% da receita tributária vêm dos impostos indiretos.

Gera-se aí um círculo vicioso sobre o qual foi montado a estrutura tributária do país. Em outras palavras, o automóvel, os eletrodomésticos e a gasolina têm tanto ou mais impostos em seu preço final quanto custos reais de produção. Enquanto o Congresso não promover uma ampla e profunda reforma tributária, o Brasil não poderá incorporar novas camadas sociais ao mercado consumidor de bens duráveis.